

FGV

GABARITANDO

TJ-RJ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

ANALISTA JUDICIÁRIO (SEM ESPECIALIDADE)

450 QUESTÕES
GABARITADAS



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





TJ-RJ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

**GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas
ANALISTA JUDICIÁRIO (SEM ESPECIALIDADE)**

EDITAL Nº 01/2025

**CÓD: OP-171OT-25
0000000000000000**

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Legislação Especial.....	17
3. Noções dos Direitos das Pessoas com Deficiência	31
4. Ética no Serviço Público	45
5. Direito Administrativo.....	61
6. Direito Constitucional	73
7. Direito Civil	89
8. Direito Processual Civil.....	107
9. Direito Penal	123
10. Direito Processual Penal	139

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FGV - 2022)

Assinale a opção em que só a primeira forma do vocáculo está **correta**.

- (A) abóboda / abóbada.
- (B) deslise / deslize.
- (C) mantegueira / manteigueira.
- (D) freada / freiada.
- (E) bandeija / bandeja.

2. (FGV - 2024)

Assinale a única palavra em que a letra A desempenha o papel de desinência modo-temporal.

- (A) Competiria.
- (B) Pretendia.
- (C) Alugar.
- (D) Pronunciar.
- (E) Colava.

3. (FGV - 2025)

Assinale a frase em que a omissão do artigo destacado altera o sentido da frase.

- (A) Lembro do nosso primeiro encontro em São Paulo.
- (B) Apanhou os livros que caíram de sua estante.
- (C) Não esqueci a minha mãe até hoje.
- (D) Esqueceu-se do nosso contrato.
- (E) O "Dom Casmurro" é um livro fantástico.

4. (FGV - 2025)

Texto I.

Mensagem Publicitária

Atrás de cada criatura do universo existe um segredo muito simples: todas as espécies trabalham para proteger o nosso meio ambiente.

O colibri é um pequeno exemplo da colaboração dos pássaros nessa tarefa. Ele é um importante agente polinizador. Voando a uma velocidade de quase 50Km por hora cada espécie de beija-flor visita uma grande quantidade de flores em busca de néctar e insetos.

Essa ave presta também um grande serviço à medicina. Sem a sua ajuda as lobeliáceas não se poderiam reproduzir. Dessa planta de belíssimas

flores azuis se extrai a lobelina, usada como ressuscitador na insuficiência respiratória e no colapso periférico.

Entre os colibris há um gênero que se alimenta dos insetos transmissores da malária e febre amarela, desenvolvendo um combate biológico muito mais eficiente do que qualquer agente químico até hoje conhecido. Nos laboratórios, os beija-flores têm prestado relevantes serviços às pesquisas das doenças cardíacas e hepáticas.

Ajudando o homem nos estudos científicos ou trabalhando em liberdade na floresta, o pequeno beija-flor nos mostra a importância desta verdade: proteger a natureza é garantir o futuro.

Grupo Comind. 1977.

Leia o trecho a seguir.

Essa ave presta também um grande serviço à medicina. Sem a sua ajuda as lobeliáceas não se poderiam reproduzir. Dessa planta de belíssimas flores azuis se extrai a lobelina, usada como ressuscitador na insuficiência respiratória e no colapso periférico.

Assinale a opção em que o adjetivo grande mostra o mesmo significado do trecho acima.

(A) "Minuete da corte – dança originária da França, caracterizada pela nobreza e leveza dos gestos. Gozou de grande popularidade na corte portuguesa."

(B) "— Grandessíssima!... E a injúria que ia soltar era tão grande que o engasgou... e pôs-se a tremer com todo o corpo."

(C) "E começou a procurar por toda a casa. Não era esta mui grande; em pouco a percorreu toda, e ficou tomado do mais cruel desapontamento por não encontrar a Maria."

(D) "Uns enfureciam-se, outros riam sem querer; do que resultava que saíam muitas vezes com a cara cortada, com grande prazer do menino e descrédito do padrinho."

(E) "...a comadre trouxe um par de bentinhos da Senhora do Monte do Carmo que tinham grande valor na história dos milagres, e o lançou ao pescoço da Chiquinha."

AMOSTRA

5. (FGV - 2024)

“Martim se embala docemente; e como a alva rede que vai e vem, sua vontade oscila de um a outro pensamento. Lá o esperava a virgem loura dos castos afetos; aqui lhe sorri a virgem morena dos ardentes amores”.

(ALENCAR, José de. *“Iracema”*. São Paulo: Ática, 1991)

Sobre o uso dos substantivos e adjetivos no fragmento acima, não é correto afirmar que

- (A) a inversão sintática da posição do adjetivo em ardentes amores altera o valor semântico do enunciado, pois enfatiza a intensidade do desejo amoroso.
- (B) o substantivo afetos funciona como núcleo, pressionando, assim, a concordância em gênero e número do adjetivo castos.
- (C) a palavra *virgem* funciona como adjetivo na expressão *a virgem morena*, já que tal expressão está caracterizando uma das personagens.
- (D) o vocábulo alva funciona como adjetivo e tem sua concordância determinada pela palavra *rede*.
- (E) as expressões preposicionadas, que caracterizam os perfis de mulheres no trecho acima, apontam semelhanças e diferenças entre esses perfis femininos.

6. (FGV - 2022)

O ato de descrever corresponde a atribuir ao objeto da descrição informações, qualificações, estados, caracterizações ou relações.

A opção abaixo em que o adjetivo indica uma caracterização, é:

- (A) relógio importado;
- (B) roupa elegante;
- (C) vestido curto;
- (D) restaurante modesto;
- (E) local fúnebre.

7. (FGV - 2024)

Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no particípio. Assinale a opção em que o verbo mostra uma forma inadequada de particípio.

- (A) emergir / emergido e emerso.
- (B) exprimir / exprimido e expresso.
- (C) frigir / frigido e frito.
- (D) omitir / omitido e omissio.
- (E) extraír / extraído e extrato.

8. (FGV - 2023)

Assinale a opção que mostra um emprego inadequado do demonstrativo sublinhado.

- (A) Viva cada dia de sua vida como se fosse o último, pois um dia desses vai ser mesmo.
- (B) Os outros planetas não podem ter vida, mas não é fácil neste também.
- (C) Deste mundo nada se leva. Dos outros se trazem apenas pedras de laboratório.
- (D) Não vale a pena comprar estes que se vendem.
- (E) Em tempos como este é bom se lembrar que sempre houve tempos como este.

9. (FGV - 2024)

Assinale a opção que mostra a frase em que o emprego do pronome sublinhado está inadequado.

- (A) É uma coisa terrível para um intelectual quando ele encara uma ideia como uma realidade.
- (B) Uma ideia não é responsável por pessoas que acreditam nela.
- (C) A principal função do educador é cuidar para que ele não confunda o bem com a passividade e o mal com a atividade
- (D) Se você quiser civilizar alguém, comece pela avó dele.

10. (FGV - 2024)

Assinale a frase abaixo em que o vocábulo **melhor** mostra uma classe gramatical diferente das demais.

- (A) Dinheiro é o melhor cosmético.
- (B) Amelhor forma de emagrecer é ser mãe em tempo integral.
- (C) Se há alguma coisa que queremos mudar em uma criança, devemos primeiro verificar se não é melhor fazer essa mudança em nós mesmos.
- (D) Não há melhor amigo nem parente do que nós mesmos.
- (E) As aulas presenciais ensinam melhor que as aulas à distância.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

1. (FGV - 2022)

José, servidor público estável ocupante do cargo de investigador policial da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, sofreu um acidente de carro que lhe causou incapacidade física para exercer as funções que até então exercia.

No caso em tela, de acordo com a Constituição da República de 1988 e o Decreto nº 2.479/1979, que consiste no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, José será:

- (A) transferido para outro cargo integrante da administração direta ou autárquica estadual, de equivalentes escolaridade e vencimentos;
- (B) aproveitado em cargo de natureza e vencimento superiores ao anteriormente ocupado, mediante prévio processo administrativo;
- (C) aposentado por invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, mediante prévia inspeção realizada por junta médica do órgão oficial competente e desde que não possa mais desenvolver as atividades afetas a seu cargo;
- (D) reintegrado em cargo equivalente ao anteriormente ocupado e, se alterado o cargo, no resultante da alteração e, ainda, se extinto o cargo, noutro observada a habilitação profissional e a equivalência de vencimentos;
- (E) readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que sofreu, mediante prévia inspeção realizada por junta médica do órgão oficial competente.

2. (FGV - 2023)

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 220/1975, especifica deveres e direitos que devem ser respeitados pelos servidores estaduais.

Assinale a opção que apresenta corretamente um dos deveres previstos no Estatuto.

- (A) Obediência às ordens superiores, ainda que

- (B) Guardar sigilo sobre assunto de natureza reservada, exceto os que tenha conhecimento em razão do cargo.

- (C) Zelar pela economia do material que lhe for confiado, desde que de grande vulto.

- (D) Submeter-se à inspeção médica determinada por autoridade competente, salvo por justa causa.

- (E) Respeitar as regras e regulamentos que tratam da assiduidade, com exceção da exigência de ponto eletrônico.

3. (FGV - 2022)

Márcia, servidora pública ocupante do cargo de investigador policial da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, vai se casar e está programando sua lua de mel.

Ao proceder à leitura do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 220/1975), Márcia verificou que, em razão do casamento, poderá se afastar por até:

- (A) quinze dias, período considerado como efetivo exercício;
- (B) cinco dias, período considerado como efetivo exercício;
- (C) oito dias, período considerado como efetivo exercício;
- (D) cinco dias, período considerado como efetivo exercício, exceto para promoção por merecimento;
- (E) oito dias, período considerado como efetivo exercício, exceto para promoção por merecimento.

AMOSTRA

4. (FGV - 2023)

Joyce, servidora pública ocupante de cargo de assistente técnico em regulação da Agenersa, nessa qualidade, praticou ilícito grave, que causou prejuízo a terceiros, sendo certo que sua conduta, a um só tempo, configura conduta passível de responsabilização nas esferas penal, civil e administrativa.

Sobre a hipótese narrada, considerando o regime jurídico que rege os servidores do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, assinale a afirmativa correta.

(A) Eventual responsabilização na esfera penal exime Joyce de responsabilidade civil e administrativa.

(B) A aplicação de sanção disciplinar à Joyce depende da configuração da responsabilidade em âmbito penal.

(C) A responsabilização de Joyce não pode decorrer de procedimento culposo que cause lesão a terceiros.

(D) Como o dano foi causado a terceiro, Joyce responderá à Fazenda Estadual em ação regressiva proposta depois de transitar em julgado a decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.

(E) A decisão judicial que condenar Joyce na esfera civil, considerando que o dano não foi causado à Fazenda Estadual, afasta eventuais cominações disciplinares.

5. (FGV - 2025)

Assinale a alternativa correta:

(A) A Lei nº 9.784/1999, com base no art. 22, I, da Constituição Federal, estabelece normas gerais sobre o processo administrativo no âmbito da Administração brasileira direta e indireta, como também se aplica aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, quando no desempenho de função administrativa.

(B) Nos processos administrativos, as normas jurídicas devem ser interpretadas da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

(C) Segundo a legislação federal, a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos ou titulares a que foi atribuída como própria, sendo proibido a estes delegá-la

parcial ou integralmente a outros órgãos ou titulares.

(D) A participação em consulta pública confere, por si, a condição de interessado do processo, mas não confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada a todas contribuições apresentadas.

(E) Diante do princípio da livre apreciação das provas, encerrada a instrução do processo administrativo, a autoridade pública escolherá as evidências que entenda pertinentes para a motivação explícita de sua decisão.

6. (FGV - 2024)

A Lei nº 9.784/1999 estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

De acordo com essa lei, assinale a opção que aponta como sendo um direito do administrado, sem prejuízo de outros, que lhe sejam assegurados.

(A) Proceder de modo não temerário.

(B) Prestar as informações que lhe forem solicitadas.

(C) Expor os fatos conforme a verdade.

(D) Colaborar para o esclarecimento dos fatos.

(E) Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores.

7. (FGV - 2024)

A Agência Nacional do Petróleo realizou fiscalização em um posto e constatou que a comercialização de combustível estava fora das especificações. Depois da autuação, os fiscais interditaram o estabelecimento.

Sobre o poder de polícia, os atributos dos atos administrativos e a lei federal de processo administrativo, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A Administração Pública, por limitar a atividade econômica do particular, deve obrigatoriamente motivar o ato administrativo.

(B) O ato administrativo que constata a comercialização de combustível fora das especificações goza da presunção de veracidade, mas o estabelecimento pode fazer prova em sentido contrário.

(C) A interdição do estabelecimento comercial pode ser feita diretamente pela Administração Pública, prescindindo de prévia autorização judicial.

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. (FGV - 2025)

De acordo com a Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida define

- (A) acessibilidade.
- (B) desenho universal.
- (C) ajuda técnica.
- (D) barreira atitudinal.
- (E) adaptação razoável.

2. (FGV - 2024)

O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê que é considerada barreira qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, analise as afirmativas a seguir:

I. Barreiras arquitetônicas são as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.

II. Barreiras nos transportes são as existentes nos sistemas e meios de transportes.

III. Barreiras urbanísticas são as existentes nos edifícios públicos e privados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.

- (D) II, apenas.

- (E) II e III, apenas.

3. (FGV - 2024)

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece que a avaliação da deficiência, quando necessária, deverá ser realizada por equipe multi-profissional e interdisciplinar, considerando:

- (A) fatores financeiros;
- (B) identidade de gênero;
- (C) raça, etnia e cor da pele;
- (D) cultura, crenças e religiosidade do indivíduo;
- (E) impedimentos nas funções e nas estruturas corporais.

4. (FGV - 2024)

Catarina, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, anunciou obras na estrutura dos edifícios públicos geridos pelo Poder Judiciário estadual, com o objetivo de afastar qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça a participação social das pessoas com deficiência, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento, entre outras.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, Catarina anunciou obras que buscam superar, em benefício das pessoas com deficiência, barreiras:

- (A) nos transportes;
- (B) arquitetônicas;
- (C) tecnológicas;
- (D) urbanísticas;
- (E) atitudinais.

AMOSTRA

5. (FGV - 2024)

Sobre as políticas de inclusão da pessoa com deficiência, a partir do disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), é correto afirmar que:

- (A) pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;
- (B) o exame médico-pericial é um dos componentes da avaliação biopsicossocial da deficiência, a qual deve ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar;
- (C) a finalidade protetiva da legislação considera como especialmente vulneráveis as crianças ou adolescentes com deficiência, reservando-se a aplicação de legislação específica às situações da mulher e do idoso;
- (D) a lei veda qualquer forma de discriminação à pessoa com deficiência, mas permite, em virtude de sua especial condição, a cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde;
- (E) a pessoa com deficiência ou seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria em todas as vezes em que se inscrever nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos.

6. (FGV - 2024)

A resposta social e coletiva dada à vida das pessoas com deficiência é de desvalorização, carregada de preconceitos, práticas discriminatórias, opressoras e reprodutoras de violências. Nas últimas décadas, o Estado brasileiro avançou na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Quanto à terminologia e ao conceito de deficiência e de pessoa com deficiência, assinale a afirmativa correta.

- (A) Demandam um foco especial na adequação do contexto social para sua participação e manifestação das suas potencialidades das diferenças humanas, e em sua adaptação à vida tida como normal.
- (B) Possuem impedimentos e incapacidades individuais do corpo para uma vida normal, e para as quais cabem certos tratamentos biomédicos

e compensações sociais, como interdição, isolamento em hospitais, aposentadoria por invalidez.

(C) Necessitam de reabilitação e integração para viver em sociedade, com desenvolvimento de tecnologias e produtos, como cadeira de rodas, linguagens de sinais, medicamentos, dentre outros, que podem reverter ou atenuar as diferenças dos demais cidadãos.

(D) Têm impedimentos corporais de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com as diversas barreiras, podem obstruir sua plena participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

(E) Defendem que a deficiência não está atrelada exclusivamente à pessoa e se posicionam com relação às origens sociais dos impedimentos nos corpos das pessoas, isto é, que a deficiência está relacionada à desigualdade imposta pela luta de classes.

7. (FGV - 2023)

Relacione os conceitos relativos ao Estatuto da Pessoa com Deficiência com suas respectivas definições.

1 - Adaptações razoáveis

2 - Acessibilidade

3 - Barreiras

4 - Tecnologia assistiva

() Produtos, equipamentos e dispositivos que promovam a participação autônoma, independente e qualitativa da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

() Modificações e ajustes que assegurem à pessoa com deficiência o exercício, com igualdade de condições com os demais, de seus direitos e liberdades fundamentais.

() Disponibilidade de espaços, equipamentos, transportes e informações que permitam uma utilização segura e autônoma por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

() Formas de entrave que limitem ou impeçam a participação social da pessoa com deficiência, seu gozo, sua liberdade de expressão, de comunicação, sua segurança, entre outros.

Assinale a opção que mostra a relação **correta**, de cima para baixo.

(A) 1 – 4 – 3 – 2.

(B) 1 – 4 – 2 – 3.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1. ((FGV - 2024))

Há uma década, foi editada lei que pretende resguardar as várias administrações contra atos que possam ser qualificados como “de corrupção”. Trata-se da Lei nº 12.846, de agosto de 2013, que objetiva proteger tanto administrações públicas nacionais quanto estrangeiras em face de atos praticados por pessoas jurídicas que atentem contra os seus respectivos patrimônios, ou que comprometam princípios, entre outras situações.

Sobre a legislação mencionada, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Sempre que a pessoa jurídica for responsabilizada, os seus dirigentes ou administradores o serão de forma objetiva.
- (B) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores.
- (C) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos previstos na mencionada lei.
- (D) A pessoa jurídica apenas poderá ser responsabilizada se houver a responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores.
- (E) Caso haja fusão ou incorporação da empresa, a responsabilidade da sucessora continuará ampla e gerará a responsabilidade direta dos seus dirigentes ou administradores objetivamente.

2. ((FGV - 2024))

Após o devido processo legal, a Sociedade Transgressora sofreu a aplicação de penalidade prevista na Lei nº 12.846/2011, em decorrência da prática de ato lesivo à Administração Pública, mas está analisando a extensão dos efeitos da sanção, com relação aos dirigentes e administradores, ou eventualmente para outra sociedade, caso venha a promover uma alteração societária, considerando que desde antes da penalidade vinha analisando a possibilidade de promover uma fusão ou cisão.

Dante dessa situação hipotética, à luz da norma em questão é **correto** afirmar que

(A) a penalidade aplicada à pessoa jurídica é automaticamente estendida aos seus administradores e dirigentes, independentemente de sua culpabilidade.

(B) apenas as sanções aplicadas na esfera judicial podem ser estendidas para os administradores ou dirigentes ou mesmo para outra sociedade nas hipóteses de alteração contratual, transformação, fusão ou cisão.

(C) a aplicação de penalidade com fulcro na lei em questão é pessoal, de modo que não subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

(D) considerando que a responsabilização da pessoa jurídica depende da responsabilidade individual de pessoas naturais, as penalidades aplicadas subsistem nas hipóteses de alteração societária, caso tais indivíduos venham a integrar o novo quadro societário.

(E) inexistindo simulação ou evidente intuito de fraude, na hipótese de eventual fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas na lei em comento.

3. ((FGV - 2024))

A sociedade empresária XYZ, que está em processo de fusão com a entidade ABC, tomou conhecimento da existência de investigação em curso, em razão da prática de atos, pela primeira, contra a Administração Pública do Estado Alfa.

Os administradores das pessoas jurídicas envolvidas na operação societária, preocupados com as repercussões decorrentes do caso, buscaram informações junto às respectivas equipes de advogados.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, assinale a afirmativa **incorrecta**.

AMOSTRA

(A) Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas na Lei Anticorrupção decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

(B) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, no âmbito civil, e subjetivamente, na esfera administrativa, pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

(C) A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

(D) A responsabilidade da pessoa jurídica, na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, subsiste.

(E) Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

4. ((FGV - 2024))

Tendo por base a Lei Anticorrupção, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na citada lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

() A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

() Os dirigentes ou administradores serão responsabilizados objetivamente por atos ilícitos decorrentes da atividade empresarial, independentemente de sua culpabilidade.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) F – V – F.

5. ((FGV - 2023))

A chamada Lei Anticorrupção dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

Nesse contexto, de acordo com a Lei nº 12.846/2013:

(A) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nessa lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não;

(B) a responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito, desde que promovido o integral resarcimento ao erário e paga multa equivalente ao valor do dano ao erário, por meio de acordo de leniência;

(C) as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nessa lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado;

(D) cessa a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, mas deve ser promovida a desconsideração da personalidade jurídica, de maneira a se responsabilizar os sócios que praticaram os atos ilícitos;

(E) nas hipóteses de fusão e incorporação, em regra, a responsabilidade da sucessora não se restringirá à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nessa lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2024 - FGV)

No delineamento da Administração Pública em sentido subjetivo e em sentido objetivo, observa-se que existem situações que não se enquadram na primeira perspectiva, mas se adequam à segunda, na medida em que correspondem ao exercício da função administrativa por pessoas que não integram a Administração Pública, contexto em que é correto indicar

- (A) a formalização de contratos por sociedades de economia mista.
- (B) o exercício da atividade de polícia por Agência Reguladora.
- (C) a prestação de serviços públicos por concessionárias e permissionárias.
- (D) a autorização para o uso de bem público deferida por Secretaria Municipal.
- (E) a realização de concursos públicos por empresas públicas.

2. (2024 - FGV)

Ao estudar direito administrativo para concurso público, Elizabeth verificou que a doutrina administrativa distingue o ato administrativo do fato administrativo, de modo que concluiu, **corretamente**, que é exemplo desse último

- (A) a sanção de demissão.
- (B) a multa administrativa.
- (C) a licença profissional.
- (D) o Decreto editado para a fiel execução da lei.
- (E) a desapropriação indireta.

3. (2025 - FGV)

No âmbito dos atributos dos atos administrativos existe aquele que costuma ser indicado como fundamento para a inversão do ônus da prova, no sentido de que caberá ao administrado demonstrar a ilegalidade do ato administrativo.

Nesse contexto, o mencionado atributo é a

- (A) presunção de veracidade, em razão do qual se presumem verdadeiros os fatos alegados pela Administração.

(B) autoexecutoriedade, que é condizente com a noção de que há conformidade do ato editado

com os parâmetros estabelecidos em lei.

- (C) imperatividade, segundo o qual a Administração pode levar a efeito as suas determinações sem a intervenção do Poder Judiciário.
- (D) vinculação, considerando os parâmetros estabelecidos em lei para a definição do mérito administrativo.

- (E) supremacia do interesse público, que, consante explícito na Constituição, determina que a vontade da Administração deve prevalecer sobre a do administrado.

4. (2022 - FGV)

Márcia, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo da Câmara do Município Alfa, requereu o gozo de licença gestante à Casa Legislativa. A autoridade competente verificou que Márcia preenchia os requisitos legais e deferiu o pleito.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em matéria de classificação do ato administrativo quanto ao grau de liberdade do agente, o ato de concessão da licença a Márcia é um ato

- (A) discricionário, pois a autoridade competente está obrigada a deferir a licença.
- (B) enunciativo, pois a autoridade competente constitui um direito a que a servidora faz jus.
- (C) composto, pois preenchidos os requisitos legais, a autoridade competente tem o dever de deferir o pleito e publicar o ato no diário oficial.
- (D) constitutivo, pois a autoridade competente declara um direito pré-existente.
- (E) vinculado, pois preenchidos os requisitos da norma aplicável, a autoridade competente tem o dever de praticar o ato.

5. (2024 - FGV)

A existência de órgãos públicos, com estrutura e atribuições definidas em lei, corresponde a uma necessidade de distribuir racionalmente as inúmeras e complexas atribuições que incumbem ao Estado nos dias de hoje.

Assinale a opção que comprehende a classificação de órgãos públicos quanto à esfera de ação.

AMOSTRA

- (A) Independentes e autônomos.
- (B) Simples e compostos.
- (C) Singulares e coletivos.
- (D) Superiores e subalternos.
- (E) Centrais e locais.

6. (2024 - FGV)

Sobre os órgãos públicos, assinale a afirmativa correta.

- (A) São pessoas jurídicas de direito público interno criadas por lei.
- (B) Possuem sempre capacidade judiciária e são representados em juízo pelos seus titulares.
- (C) De acordo com a doutrina, podem ser de dois tipos: supremos ou subalternos.
- (D) Mantêm relação de identidade com os agentes públicos que desempenham as atribuições definidas em lei, motivo pelo qual deixam de existir diante da vacância dos cargos a eles atrelados.
- (E) A jurisprudência reconhece a possibilidade de órgãos de cúpula da hierarquia administrativa atuarem em juízo na defesa de suas prerrogativas institucionais.

7. (2022 - FGV)

Em matéria de organização administrativa, centros de competência especializada dispostos na intimidade de uma pessoa jurídica de direito público, com a intenção de garantir especialização nas atividades prestadas e maior eficiência são chamados

- (A) autarquias, que têm personalidade jurídica.
- (B) fundações privadas, que não têm personalidade jurídica.
- (C) órgãos públicos, que não têm personalidade jurídica.
- (D) fundações públicas, que têm personalidade jurídica.
- (E) entidades administrativas, que têm personalidade jurídica.

8. (2025 - FGV)

Entre as entidades da estrutura da Administração Pública, aquela que é instituída por lei específica, possui personalidade jurídica de direito público e goza de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, sendo responsável pela execução de atividades típicas do Estado, é denominada

- (A) Empresa Pública.
- (B) Autarquia.

- (C) Órgão.

- (D) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (E) Entidade de Apoio.

9. (2023 - FGV)

O Governo Federal tem interesse na criação de uma Sociedade de Economia Mista para explorar determinada atividade econômica, considerada importante pela Administração.

Sobre a criação da Sociedade de Economia Mista, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deve ter capital integralmente detido por um ente público.
- (B) Deve ser instituída por meio de autorização em lei específica.
- (C) Deve contratar apenas servidores efetivos, selecionados por meio de concurso público.
- (D) Deve dispensar a utilização de procedimentos de licitação para aquisições necessárias.

10. (2024 - FGV)

A agência reguladora deverá observar, em suas atividades, a devida adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquela necessária ao atendimento do interesse público.

A respeito da atuação das agências reguladoras, analise as afirmativas a seguir.

I. No exercício de suas competências definidas em lei, duas ou mais agências reguladoras poderão editar atos normativos conjuntos, dispondo sobre matéria cuja disciplina envolva agentes econômicos sujeitos a mais de uma regulação setorial, desde que sejam previamente aprovados pelos setores regulados, após consulta formal.

II. Os atos normativos conjuntos deverão conter regras sobre a fiscalização de sua execução e prever mecanismos de solução de controvérsias decorrentes de sua aplicação, podendo admitir uma solução mediante mediação, nos termos da Lei nº 13.140/2015 (Lei da Mediação), ou mediante arbitragem, feita por uma comissão integrada, entre outros, por representantes de todas as agências reguladoras envolvidas.

III. As agências reguladoras poderão articular-se com os órgãos de defesa do meio ambiente mediante a celebração de convênios e acordos de cooperação, visando ao intercâmbio de informações, à padronização de exigências e procedimen-

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - 2024)

Os princípios das relações internacionais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 refletem o compromisso do país com a cooperação pacífica, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção e a defesa da paz.

Com relação aos princípios das relações internacionais, analise os itens a seguir.

I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

II. A República Federativa do Brasil orienta suas relações internacionais pelo princípio da redução das desigualdades regionais.

III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

2. (FGV - 2025)

Ana compareceu a determinada repartição pública estadual e requereu a expedição de certidão, visando à defesa de uma situação de interesse pessoal, o que foi devidamente esclarecido em seu requerimento. A autoridade competente, em seu despacho inaugural, determinou que Ana providenciasse a juntada aos autos do comprovante de recolhimento da taxa de expediente, o que possibilitaria a análise do seu requerimento.

Antes de realizar o recolhimento da taxa, Ana analisou a Constituição da República, tendo concluído, **corretamente**, que a referida exigência é

- (A) inconstitucional, pois o requerimento deve ser atendido de forma gratuita.
- (B) constitucional, salvo se Ana for hipossuficiente, o que deve ser objeto de comprovação.
- (C) constitucional, pois será realizada uma

(D) inconstitucional, pois é vedada a cobrança pelo exercício dos direitos individuais de natureza constitucional.

(E) constitucional, considerando que o princípio da solidariedade exige o pagamento pelo exercício dos direitos individuais, de modo a não sobrecarregar a coletividade.

3. (FGV - 2024)

De acordo com a Constituição, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Sobre os direitos fundamentais é **incorreto** afirmar que

(A) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

(B) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

(C) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

(D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que tenham autorização da autoridade competente e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

(E) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

AMOSTRA

4. (FGV - 2023)

Carla, Ministra de Estado de Direitos Humanos do Governo Federal, no exercício de suas atribuições, expede ato administrativo que vem a ser impugnado judicialmente em sede de mandado de segurança.

O remédio constitucional foi ajuizado perante o Supremo Tribunal Federal (STF) tendo sido indicado como autoridade coatora o Presidente da República, visto e o Poder Executivo é por ele exercido com auxílio dos Ministros de Estado, tendo o Presidente apresentado, tempestivamente, esclarecimentos no bojo do processo em curso.

Nesse sentido, considerando que a competência para julgamento de mandado de segurança contra Ministros de Estado se dá perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e contra Presidente da República se dá perante o STF, no que tange à teoria da encampação no mandado de segurança, consoante jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) O STJ rechaça, em qualquer caso, a aplicação da teoria da encampação, ante a ausência e previsão legal acerca do tema pelo legislador ordinário.
- (B) Ainda que o Presidente tenha se manifestado quanto ao mérito, não deve ser adotado a teoria da encampação no caso concreto, ante a divergência de competência para julgamento do mandado de segurança contra as autoridades em tela.
- (C) A ausência de vínculo hierárquico entre as autoridades não é relevante para fins de aplicação da teoria da encampação se ambos integrarem o mesmo órgão ou entidade, em razão da unidade existente no âmbito do poder executivo federal.
- (D) A teoria da encampação pode ser adotada quando se tratar mandado de segurança ajuizado contra autoridade federal em razão de ato praticado por autoridade estadual quando no exercício de competência delegada.
- (E) As informações prestadas pelo Presidente da República devem ser aceitas pelo STF, aplicando-se a teoria da encampação, desde que tenha se manifestado quanto ao mérito da questão, sendo irrelevante eventual modificação de competência para julgamento, ante a prerrogativa de avocação, decorrente do poder hierárquico.

5. (FGV - 2022)

Maria e João decidiram constituir uma associação civil com o objetivo de defender os interesses dos moradores da região em que residem.

Ao conversarem informalmente com Pedro, foram informados:

I.da necessidade de prévia autorização da secretaria competente do Município, considerando a área de atuação do futuro ente.

II.de que todos os moradores da região, sem distinção, em observância ao princípio da isonomia, seriam automaticamente associados.

III.de que, após ser criada, a associação poderia ter suas atividades suspensas por decisão administrativa, mas não ser extinta dessa forma, caso praticasse atos ilícitos.

Em relação às informações de Pedro, à luz da sistemática constitucional, está **incorreto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

6. (FGV - 2022)

Maria foi convocada, pelo poder público, para desempenhar determinada atividade de interesse coletivo prevista em lei, uma única vez, em determinado dia da semana. De posse do instrumento de convocação, compareceu à repartição e comunicou que não iria participar da referida atividade, que considerava injustificável à luz da razão humana, afrontando, com isso, a filosofia racionalista da qual era prosélita.

À luz da sistemática constitucional, é **correto** afirmar que Maria agiu de maneira:

- (A) lícita, mas deve cumprir prestação alternativa prevista em lei, sob pena de ter os direitos políticos suspensos em caso de recusa;
- (B) lícita, mas somente se a lei prever uma prestação alternativa passível de ser cumprida, caso contrário, deve sofrer as sanções previstas em lei;
- (C) ilícita, pois a objeção de consciência deve estar lastreada em crença religiosa, não em convicção filosófica, estando sujeita às sanções cominadas em lei;

DIREITO CIVIL

1. (FGV - 2024)

A respeito do fenômeno da constitucionalização do Direito Civil, analise as afirmativas a seguir.

I. A função econômica da liberdade negocial afasta a incidência dos direitos fundamentais nas relações jurídicas de natureza privada.

II. A interpretação do Código Civil deve atribuir a todo corpo normativo codificado um significado coerente com a tábua de valores do ordenamento, que pretende transformar efetivamente a realidade a partir das relações jurídicas de natureza privada, segundo os ditames da solidariedade e da justiça social.

III. A ordem voluntarista da teoria contratual oitocentista instrumentaliza os princípios constitucionais de acordo com os ditames inafastáveis da lógica individualista.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

2. (FGV - 2025)

Carlos tem 17 anos de idade e foi emancipado por seus pais por meio de instrumento público, após começar a trabalhar como programador autônomo e passar a sustentar-se com seus próprios rendimentos.

CERTO dia, ele pretendeu celebrar um contrato de prestação de serviços em nome próprio, mas o contratante questionou se Carlos teria capacidade para assumir obrigações jurídicas.

Considerando as disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

(A) Carlos é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e seus pais devem representá-lo em todos os contratos.

(B) Como Carlos é menor de 18 anos, é relativamente incapaz e necessita de assistência dos pais para celebrar contratos.

(C) A emancipação somente tem validade se for concedida por sentença judicial, com homologação do Ministério Público.

(D) A emancipação conferida a Carlos é válida e o torna plenamente capaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil, inclusive celebrar contratos.

(E) Carlos apenas poderá celebrar contratos se estiver casado, pois o casamento é o único modo de cessar a incapacidade civil antes dos 18 anos.

3. (FGV - 2025)

Considere que, em 11/06/2024, comparecem as seguintes pessoas ao tabelionato para declarar intenção de doar órgãos: i) Tício, com 35 anos, pródigo, interditado em 2003 por sentença que reconheceu sua incapacidade; ii) Mévio, com 28 anos, pessoa no espectro autista em grau mais baixo (nível 1), curatelado em 2015 por sentença que reconheceu sua incapacidade; iii) Caio, com 16 anos, emancipado em abril daquele ano (2024) pelo casamento. Nesse caso, à luz da Lei de Transplantes (Lei nº 9.434/1997) e do Código Civil, é correto afirmar que:

(A) em todos os casos, poderá haver disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, sem assistência ou representação do curador ou dos pais, mas Caio não poderá autorizar a remoção post mortem de tecidos, órgãos e partes do corpo para transplantes ou outra finalidade terapêutica de sua esposa;

(B) em todos os casos, a disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, dependerá de assistência ou representação do curador ou dos pais, da mesma forma que Caio não poderá autorizar a remoção post mortem de tecidos, órgãos e partes do corpo para transplantes ou outra finalidade terapêutica de sua esposa;

(C) só quanto a Mévio e Caio, a disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do próprio

AMOSTRA

corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, dependerá de assistência ou representação do curador ou dos pais, sendo certo, ainda, que Caio não poderá autorizar a remoção post mortem de tecidos, órgãos e partes do corpo para transplantes ou outra finalidade terapêutica de sua esposa;

(D) em todos os casos, a disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, dependerá de assistência ou representação do curador ou dos pais, mas Caio poderá autorizar a remoção post mortem de tecidos, órgãos e partes do corpo para transplantes ou outra finalidade terapêutica de sua esposa, desde que por declaração firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte;

(E) só quanto a Tício, a disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, dependerá de assistência de seu curador, sendo certo, ainda, que Caio poderá autorizar a remoção post mortem de tecidos, órgãos e partes do corpo para transplantes ou outra finalidade terapêutica de sua esposa, desde que por declaração firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte.

4. (FGV - 2025)

Catarina tem 15 anos e cursa o Ensino Médio. Elias tem 17 anos e acabou de colar grau na faculdade de Física. Sandro, 17 anos, casou-se civilmente com Lorena, de 18 anos, devidamente autorizado por seus pais.

Com base nos dados hipotéticos apresentados, no que concerne à capacidade de exercício, Catarina, Elias e Sandro podem ser considerados, respectivamente,

- (A) absolutamente incapaz, relativamente incapaz e relativamente incapaz.
- (B) absolutamente incapaz, absolutamente capaz e absolutamente capaz.
- (C) relativamente incapaz, absolutamente capaz e absolutamente incapaz.

- (D) relativamente incapaz, absolutamente incapaz e absolutamente capaz.
- (E) absolutamente capaz, relativamente incapaz e absolutamente incapaz.

5. (FGV - 2025)

Pedro tem 15 anos e é jogador profissional de um grande clube de futebol brasileiro. Em maio de 2024, outro grande clube inicia tratativas com seu pai, João, para contratá-lo, dobrando seu salário mensal para R\$ 100.000,00.

O contrato é assinado no dia seguinte ao décimo sexto aniversário de Pedro, sem assistência de seus genitores e representantes legais. Nesse caso, o negócio jurídico é:

- (A) existente, válido e eficaz, porque, embora não tenha sido assinado pelo representante legal de Pedro, ele participou das tratativas, o que supre a falta de assistência na celebração do negócio jurídico;
- (B) existente, válido e eficaz, porque Pedro não era mais incapaz ao tempo de sua assinatura, já que fora emancipado ao completar 16 anos por possuir economias próprias;
- (C) inválido, porque, quando da assinatura, Pedro não era emancipado, o que só ocorreria, nessa hipótese, após autorização judicial e registro público;
- (D) inválido, porque, quando da assinatura, Pedro não era emancipado, o que só ocorreria, nessa hipótese, após registro público, sendo desnecessária a autorização judicial;
- (E) inválido, porque, quando da assinatura, Pedro não era emancipado, o que só ocorreria, nessa hipótese, após autorização judicial, sendo desnecessário o registro público.

6. (FGV - 2024)

Lúcia de 45 anos e Cláudio de 53 anos, juntamente com seus filhos, Henrique de 23 anos, Lucas de 19 anos e Pedro de 15 anos, ao retornarem de uma viagem pelo litoral, se envolveram em grave acidente, envolvendo o carro da família e uma minivan que transportava 7 passageiros.

O acidente resultou na morte simultânea de Lúcia e de Cláudio e de um jovem casal que estava na minivan. Ainda em razão do acidente, Lucas encontra-se em coma hospitalar e Henrique e Pedro sofreram apenas ferimentos leves.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FGV - 2025)

Estabeleça a relação entre as garantias asseguradas às partes no que tange à prática dos atos por meio eletrônico, listadas a seguir, e as respectivas definições.

1 - Interoperabilidade

2 - Independência da plataforma computacional

3 - Acessibilidade

4 - Disponibilidade

() Comunicação facilitada à informação, de forma adequada e simples aos usuários, inclusive com plataformas amigáveis.

() Capacidade de diversos sistemas trabalharem em conjunto para garantir o envio e o recebimento de dados de outros sistemas, com o processamento respectivo, integrando diferentes soluções.

() Óbice à vinculação dos sistemas dos processos eletrônicos a específico sistema operacional, software, estrutura de dados ou equipamento, de modo a permitir o acesso por toda e qualquer plataforma comercial.

() Garantia de prontidão das informações no momento desejado, ligada à eficácia do sistema, ao seu correto funcionamento.

A relação correta entre as garantias e as respectivas definições, na ordem apresentada, é:

(A) 4 – 2 – 1 – 3.

(B) 3 – 1 – 2 – 4.

(C) 3 – 2 – 1 – 4.

(D) 1 – 2 – 4 – 3.

(E) 4 – 1 – 2 – 3.

2. (FGV - 2025)

As garantias fundamentais do processo trazem diversos direitos e deveres aos sujeitos do processo. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

II. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo quanto à matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

III. As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, ressalvada a atividade satisfativa.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.

(B) I, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) II e III, apenas.

3. (FGV - 2024)

João intentou ação em face de uma instituição financeira, tendo pleiteado a condenação da ré ao pagamento da quantia de cem mil reais, por força do descumprimento de uma obrigação que se originou de uma lei. Sustentou o autor que o descumprimento da lei foi o fato constitutivo de seu direito. Por sua vez, a ré, em defesa, alegou apenas que a mencionada lei não se aplicava ao caso concreto. Apreciando a causa, o magistrado julgou improcedente o pedido, por entender que a lei invocada era inconstitucional, sem conceder às partes a oportunidade de manifestação sobre essa questão constitucional.

Nesse sentido, a conduta do magistrado é:

(A) incorreta, uma vez que violou o princípio do contraditório, proferindo uma decisão-surpresa no processo;

(B) incorreta, uma vez que ele não pode reconhecer a inconstitucionalidade de uma lei;

(C) incorreta, uma vez que violou o princípio da inércia, já que lhe é vedado inovar no processo;

(D) correta, uma vez que não é necessário que as partes se manifestem quanto às questões de direito;

(E) correta, uma vez que prevalece a celeridade processual e foi respeitado o princípio do contraditório.

AMOSTRA

4. (FGV - 2024)

O direito fundamental ao contraditório é pilar fundador do Estado Democrático de Direito. Com efeito, a possibilidade de se manifestar no curso do processo é essencial à tutela de direitos em juízo.

Sobre tal direito, assinale a alternativa **correta**.

(A) Segundo o Código de Processo Civil, todas as hipóteses de concessão de tutela provisória da evidência dispensam o contraditório prévio.

(B) O direito ao contraditório deve ser promovido pelas partes, individual e conjuntamente, podendo ser dispensada a atuação do juiz em zelar pelo efetivo contraditório.

(C) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

(D) Na acepção do Código de Processo Civil, o contraditório em seu aspecto formal é assegurado, não havendo exigência de atendimento ao contraditório substancial, o qual dependerá de decisão judicial específica.

(E) Como regra, o contraditório poderá ser postergado pelo juiz, cabendo às partes se manifestar após a decisão judicial, em nome da duração razoável do processo.

5. (FGV - 2023)

A possibilidade, prevista no Código de Processo Civil, de o juiz deferir, no início do processo, o requerimento de tutela provisória de urgência formulado pelo autor, sem a prévia oitiva do réu, é um corolário lógico do princípio do(a):

- (A) contraditório;
- (B) inércia;
- (C) devido processo legal;
- (D) juiz natural;
- (E) inafastabilidade do controle jurisdicional.

6. (FGV - 2025)

Maria ajuizou ação em face de autarquia previdenciária, pleiteando a condenação desta a lhe conceder a pensão por morte de servidor com o qual, alegadamente, manteve união estável e de quem era financeiramente dependente. A autora incluiu no polo passivo de sua demanda a autarquia e, também, o seu filho José, menor de idade, que

já recebia o benefício previdenciário em questão e cujo quinhão poderia ser reduzido na hipótese de acolhimento do pedido.

Constatando a colidência de interesses entre a demandante e o seu filho, deverá o juiz da causa:

- (A) determinar a expedição de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando-lhe que indique advogado para desempenhar a defesa do réu incapaz;
- (B) decretar a suspensão do processo, até que seja constituído advogado próprio para desempenhar a defesa do réu incapaz;
- (C) decretar a suspensão do processo, até que o réu incapaz atinja a maioridade civil;
- (D) nomear curador especial para desempenhar a defesa do réu incapaz;
- (E) extinguir o processo sem resolução do mérito, dada a ausência de pressuposto processual de validade.

7. (FGV - 2022)

Em razão de acidente que envolveu o seu veículo e uma viatura policial, João intentou ação indenizatória em face do Estado-membro, pleiteando a indenização dos danos materiais e morais que alegadamente experimentou no episódio.

Deferido o benefício da gratuidade de justiça e promovido o juízo positivo de admissibilidade da demanda, a Fazenda Pública ofertou a sua peça contestatória, negando os fatos constitutivos do direito afirmado pelo demandante.

Encerrada a fase instrutória, o autor, percebendo que os elementos de prova carreados aos autos em nada o favoreciam, e concluindo pela inevitabilidade de seu insucesso no feito, revogou o mandato que havia outorgado ao único advogado que lhe patrocinava a causa.

Na sequência, o juiz determinou a intimação de João, primeiramente, por via postal, e, depois, por oficial de justiça, a fim de regularizar o vício de sua representação, tendo ele persistido em sua postura inerte.

Nesse panorama, deverá o juiz:

- (A) determinar a abertura de vista dos autos ao órgão da Defensoria Pública, a fim de doravante patrocinar a causa de João;
- (B) julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, condenando João nas sanções da litigância de má-fé, embora com a incidência de isenção a título do benefício da gratuidade de justiça;

DIREITO PENAL

1. ((FGV - 2024))

Sobre os crimes contra as finanças públicas (Lei nº 10.028/2000), analise as disposições a seguir.

I. Configura crime o ato de ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa, excetuando-se os fatos ocorridos no último ano do respectivo mandato.

II. Comete crime o agente que autoriza a assunção de obrigação, no último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa somente possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha suficiente disponibilidade de caixa.

III. Caracteriza crime a ordenação ou autorização da inscrição de despesa em restos a pagar, desde que a mesma não tenha sido previamente empenhada ou exceda limite estabelecido em lei.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, apenas.

2. ((FGV - 2025))

Nos termos da Lei nº 14.133/21, o procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto, é denominado

- (A) credenciamento.
- (B) pré-qualificação.
- (C) ata de registro de preços.
- (D) sistema de registro de preços.
- (E) pré-habilitação.

3. ((FGV - 2024))

A Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conhecida como a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(A) as contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

(B) obras e serviços de arquitetura e engenharia.

(C) a alienação e a concessão de direito real de uso de bens.

(D) os contratos que tenham por objeto operação de crédito.

(E) as compras, inclusive as por encomenda.

4. ((FGV - 2024))

Após o devido procedimento licitatório, sociedade Maravilha formalizou determinado contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão-de-obra com o Município Delta.

Diante do dissídio coletivo da respectiva categoria, a contratada pleiteou junto à Administração Pública a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato, mediante a demonstração analítica da variação de custos atinentes à avença.

Nessa situação hipotética, na forma do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o requerimento apresentado pela sociedade Maravilha é designado de

- (A) repactuação.
- (B) reajusteamento em sentido estrito.
- (C) matriz de risco.
- (D) revisão.
- (E) arbitragem.

5. ((FGV - 2024))

Mauro, procurador do município Delta, foi questionado pelo Secretário Municipal da Saúde se estaria no âmbito de suas atribuições profissionais promover a defesa de autoridades competentes e servidores públicos que tenham cometido irregularidades no curso de procedimentos licitatórios, quando atuarem em consonância com o parecer do assessoramento jurídico elaborado ao final da fase preparatória.

AMOSTRA

- (A) não deve promover a defesa de tais agentes em nenhuma hipótese.
(B) deve promover a defesa de tais agentes, em qualquer hipótese, se ainda estiverem em atividade, ocupando o cargo, emprego ou função em que foi praticado o ato questionado.
(C) deve promover a defesa de tais agentes, exclusivamente, nas searas administrativa e controladora, mas não na esfera judicial.
(D) deve promover a defesa de tais agentes, ainda que tenham atuado em desacordo com o aludido parecer jurídico.
(E) não deve promover a defesa de tais agentes quando provas da prática de atos ilícitos dolosos constarem dos autos de processo administrativo ou judicial.

6. ((FGV - 2024))

O regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto é denominada contratação

- (A) integrada.
(B) semi-integrada.
(C) por tarefa.
(D) por preço unitária.
(E) por preço global.

7. ((FGV - 2023))

O Estado Alfa vai iniciar processo licitatório, sob o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, que envolverá determinados serviços especiais. Sabe-se que, em regra, a licitação é conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos da Administração Pública estadual, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Nesse contexto, no caso em tela, de acordo com a nova Lei de Licitações, observados os requisitos legais, o agente de contratação:

- (A) não poderá ser substituído por comissão de licitação, que foi extinta pelo novo diploma normativo, nem poderá ser auxiliado por equipe de apoio, pois responderá individualmente pelos atos que praticar;
(B) será auxiliado por equipe de apoio composta por cinco membros e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe;
(C) não poderá ser substituído por comissão de licitação ou de contratação, por ausência de previsão legal, mas poderá ser auxiliado por equipe de apoio, se se tratar de contratação de grande complexidade, caso haja autorização da autoridade competente;
(D) não poderá ser substituído por comissão de contratação, mas será auxiliado por servidor designado pela autoridade competente, e responderá solidariamente com seu auxiliar por todos os atos praticados, salvo se este expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão;
(E) poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, três membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

8. ((FGV - 2024))

Pode(m) participar de licitação:

- (A) pessoa jurídica do mesmo grupo econômico daquele que é autor do projeto básico, em licitação de obras a ele relacionados;
(B) pessoa física empregada de um dos membros da comissão de licitação;
(C) pessoa jurídica condenada definitivamente três anos antes por trabalho infantil;
(D) pessoas jurídicas coligadas, concorrendo entre si;
(E) pessoas jurídicas em consórcio, mesmo quando o edital nada dispuser sobre o tema.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2022 - FGV)

Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, o “poder geral de cautela”:

- (A) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito às cautelares pessoais que, de alguma forma, restrinjam o direito de ir e vir da pessoa;
- (B) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há incidência do princípio do procedimento tipificado;
- (C) pode ser aplicado ao processo penal, não havendo restrição a ele, pois há incidência da teoria dos poderes implícitos, capacitando o juiz criminal a atuar de forma livre;
- (D) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há proibição decorrente do princípio do *nemo tenetur se detegere* e da vedação à analogia in malam partem;
- (E) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito ao procedimento probatório que, de alguma forma, afete o direito de defesa.

2. (2024 - FGV)

Miguel, empresário, foi difamado por Carlos, que lhe imputou fato ofensivo à sua reputação, por meio de palavras.

Nessa hipótese, o inquérito policial destinado à investigação do referido delito, deverá ser iniciado:

- (A) por requisição do juiz;
- (B) de ofício pela autoridade policial;
- (C) mediante requerimento de Miguel;
- (D) por requisição do ministro da Justiça;
- (E) por requisição do Ministério Pùblico.

3. (2024 - FGV)

João, delegado de polícia, foi cientificado sobre a ocorrência, na circunscrição da sua unidade policial, de um crime de latrocínio tentado, persequível mediante ação penal pública incondicionada. Desse forma, a autoridade policial, independentemente de qualquer provocação por parte da vítima, deflagrou um inquérito policial visando à apuração dos fatos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a atuação de João, ao deflagrar a investigação, é uma manifestação da:

- (A) discricionariedade do inquérito policial;
- (B) confidencialidade do inquérito policial;
- (C) indisponibilidade do inquérito policial;
- (D) dispensabilidade do inquérito policial;
- (E) oficiosidade do inquérito policial.

4. (2022 - FGV)

A propósito do inquérito policial, é **correto** dizer que

- (A) o delegado de polícia pode arquivar inquéritos policiais por ele instaurados.
- (B) nos crimes de ação penal de iniciativa pública incondicionada, uma das formas de instauração do inquérito policial se dá pela requisição do Ministério Pùblico.
- (C) o inquérito policial é a única forma de investigação preliminar existente no processo penal brasileiro.
- (D) o Código de Processo Penal prevê que o inquérito policial terá, em qualquer caso, duração de 20 dias.
- (E) nos crimes de ação penal de iniciativa pública condicionada, o inquérito pode ser iniciado pelo delegado sem necessidade de representação.

5. (2022 - FGV)

A autoridade policial determinou a instauração de inquérito, após receber a notícia da suposta prática do crime de furto mediante fraude eletrônica, definido no Art. 155, § 4º-B, do Código Penal, com a redação dada pela Lei 14.155 de 2021. O delito em questão é de ação penal pública incondicionada.

Apesar da realização de diversas diligências, não foi possível apurar a autoria delitiva, o que constou no relatório elaborado pelo delegado de polícia. A partir dos dados apresentados, é **correto** afirmar que, no caso,

AMOSTRA

(A) o delegado deve arquivar diretamente o inquérito policial, não sendo possível, a partir do arquivamento, em nenhuma hipótese, a reabertura das investigações.

(B) o delegado pode promover o arquivamento do inquérito, devendo o membro do Ministério Público acompanhar a manifestação ou recorrer ao chefe de polícia.

(C) embora não possa arquivar diretamente o inquérito, as conclusões do delegado de polícia vinculam o órgão do ministério Público responsável promoção de arquivamento ou oferecimento da denúncia.

(D) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; entretanto, ocorrendo o arquivamento por determinação da autoridade competente, pode haver o desarquivamento e continuidade das investigações, desde que surja notícia de novas provas.

(E) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; caso haja o arquivamento por determinação da autoridade competente, não pode haver o desarquivamento e a continuidade das investigações, ainda que surjam notícias de novas provas.

6. (2025 - FGV)

O direito de representação no contexto da ação penal, de acordo com o Código de Processo Penal, poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador, com poderes especiais.

Em relação ao tema, avalie as afirmativas a seguir.

I. Se com a representação forem oferecidos elementos que habilitem o Ministério Público a promover a ação penal, o órgão ministerial solicitará que o inquérito policial seja concluído no prazo de 15 dias, findo o qual oferecerá denúncia.

II. Oferecida ou reduzida a termo a representação, a autoridade policial procederá a inquérito, ou, não sendo competente, remetê-lo-á à autoridade que o for.

III. A representação conterá todas as informações que possam servir à apuração do fato e da autoria.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

7. (2025 - FGV)

Em um determinado inquérito policial o promotor de justiça com atribuição promoveu o arquivamento do feito. Inconformado, o ofendido interpôs recurso à instância de revisão ministerial, na forma do art. 28 do CPP, sendo certo que o Procurador-Geral manteve o arquivamento. A decisão do Procurador-Geral que manteve o arquivamento

(A) é irrecorribel.

(B) é impugnável por mandado de segurança.

(C) é impugnável por habeas corpus.

(D) é pode ser revista pelo juiz.

(E) é impugnável por apelação.

8. (2025 - FGV)

Fernando e Dorival, funcionários públicos federais e no exercício de suas funções, foram vítimas do crime de injúria racial cometido por Carlos. Após a conclusão do inquérito policial, o Ministério Público não exerceu a ação penal no prazo legal, tampouco se manifestou, e Fernando ajuizou ação penal subsidiária, tendo Dorival se quedado inerte. No decorrer da ação, Fernando, apesar de intimado, deixou de dar andamento ao processo por mais de 30 dias seguidos, abandonando-o. Diante disso, Dorival requereu seu ingresso como assistente de acusação de Fernando para poder dar o devido andamento ao feito.

No contexto narrado, é correto afirmar que:

(A) não será admissível a habilitação de Dorival como assistente, pois este já tinha renunciado ao direito de queixa;

(B) se verificou o perdão tácito por parte de Fernando e a renúncia tácita ao direito de queixa por parte de Dorival;

(C) será admissível a habilitação de Dorival como assistente de Fernando, após parecer favorável do Ministério Público;

(D) deverá o Ministério Público retomar a ação como parte principal diante da negligência de Fernando;

(E) se verificou a perempção do direito de queixa, devendo o juízo extinguir o feito sem exame do mérito.



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

